

MAYALÚ MOURA DE LAVÔR

**AVALIAÇÃO: CONTROVÉRSIAS DAS
NOTAS ESCOLARES.**

**OUTUBRO
2003**

MAYALÚ MOURA DE LAVÔR

**AVALIAÇÃO: CONTROVÉRSIAS DAS
NOTAS ESCOLARES.**

**Monografia apresentada como requisito na
obtenção do Grau de Especialista em
Planejamento do Ensino e Avaliação da
Aprendizagem, no Departamento de
Fundamentos da Educação da Faculdade de
Educação da Universidade Federal do Ceará.**

FORTALEZA – CEARÁ

Monografia apresentada como requisito à obtenção do Grau de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem, no Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, encontrando-se à disposição dos interessados na Biblioteca da FACED.

Qualquer citação de parte ou do todo desta monografia é permitida, desde que obedecidas as normas científicas.

MAYALÚ MOURA DE LAVÔR

Monografia aprovada em: ____/____/____

PROF. NICOLINO TROMPIERI FILHO
Orientador

PROF^a. GLAUCIA MARIA DE MENEZES FERREIRA
Coordenadora

AGRADECIMENTOS

- **A Deus que me concedeu a oportunidade de concluir mais uma etapa em minha vida.**
- **Aos meus professores, pela orientação dada no decorrer do curso que foi de grande importância e em especial ao Prof^o. Nicolino Trompieri que com muita competência me orientou na elaboração deste trabalho.**

DEDICATÓRIA

- **À minha família pelo apoio prestado, pelo aprendizado da humildade e pelo exemplo de amor e fé.**
- **Meus pais, pelo amor e compreensão durante todos os passos da minha caminhada.**

INQUIETAÇÕES

Mirian Celeste Martins

Zona real ou zona proximal?
Desenho e escrita:
pode ou não pode?
Olho e não vejo. Afinal, o rei está nu?
Ou finjo que vejo a roupa?
Fico quieta maquinando com meus botões?
Ou ousar superar o medo e discordar e perguntar?

Joguei fora o que era velho
longe da moda pedagógica
e hoje,
dizem para rever posições...

Autoritária?
Espontaneísta?
Democrática?
Me vejo rondando nas três concepções
de uma educação que
ora, não tem segredos
(Eu domino!)
ora, meu assusta
no confronto do que ainda não sei.
Abismo...
Abismo de tantos teóricos que ainda não li
(e nem sei se quero, ou terei tempo de ler)
Abismo de tantas práticas que já fiz
e continuo fazendo, repetindo-as ou
transformando-as
na dança das novas apostilas?

Afinal, que educadora sou eu?
O que eu penso?
O que eu faço aqui?
Papel de técnica ou professora,
exerço com autoridade?
Ou fujo?
Tento encontrar soluções? Alternativas?
Ou jogo a culpa em outro?

Compromisso ou obrigação?
Dou pouco porque recebo um salário ridículo?
Com que estou compromissada?
Com a Secretaria?
Com a direção?
Com a criança?
Ou comigo mesma?

Sei que preciso pensar,
ir mais fundo
aprofundando idéias
resgatando a minha fala que eu deixei que
roubassem
quando aceitei,
quando engoli,
quando não ousei,
quando não perguntei: Por quê?

Será que também roubo a fala de meu aluno?
quando falo por ele,
quando não leio o seu gesto,
quando não dou espaço para sua fala, seu
desenho, seu jogo...
quando percebo o seu silêncio de medo,
quando demonstro que não entendo o seu
desenho,
quando não escuto a sua pergunta: Por quê?

Por quê?

R E S U M O

A avaliação educacional é o tema que conduz esta pesquisa. Percebe-se que, em muitos momentos, as práticas avaliativas no meio escolar têm exercido funções de repressão e classificação; utilizadas pelos educadores por desconhecerem os problemas que envolvem a avaliação. É necessário existir uma investigação sistemática sobre a eficiência das práticas escolares, para que as ações implantadas tenham consistência e realmente o ensino brasileiro melhore sua qualidade. Isto pode ser comprovado pelos aspectos mencionados referentes à necessidade de um repensar no processo de avaliação do educando.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO: Acontecimentos nas gerações e o seu processo de evolução.....	11
CAPÍTULO II – IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO: Enfocando os aspectos cognitivo, emocional e ético.....	19
CAPÍTULO III – INTERAÇÃO NO PROCESSO AVALIATIVO: Postura do professor e do aluno e influência da escola e sociedade.....	40
CONCLUSÃO.....	56
BIBLIOGRAFIA.....	59

INTRODUÇÃO

A avaliação é um tema que aflige muito aos educadores/alunos/pais que tentam refletir sobre a real importância, o seu papel e as condições para que ela aconteça de forma prazerosa em sala de aula.

Todos concordam quanto a sua necessidade, mas ao mesmo tempo comentam sobre sua complexidade, reconhecem o significado de valorizar os resultados ou expectativas.

Para uma melhor compreensão do processo de avaliação, alguns conceitos necessitam ser questionados, tais como testar, medir e avaliar.

Testar é utilizar um instrumento que propicie a medida de aspectos de alguma coisa; como a personalidade, o conhecimento, a inteligência. Medir é quantificar, a medida não proporciona variedades de julgamentos. Avaliar implica em critério conceitual; envolve aspectos qualitativos e quantitativos, não é apenas transformar uma escala numérica em uma escala conceitual. Avaliar é firmar critérios de referências fundamentadas em observações, testes, entrevistas, auto-avaliações ou quaisquer outros recursos de sondagem que viabilizem a formulação de conceitos.

Segundo Lauro de Oliveira Lima (1995), algumas deformações da avaliação decorrem da incapacidade de avaliar corretamente a resposta do aluno.

É fundamental que o professor perceba que o processo de avaliação só será eficiente e eficaz se ocorrer de forma interativa entre professor/aluno, juntos caminhando no mesmo sentido, em busca dos mesmos ideais.

Durante anos a avaliação se converteu em um reforçamento positivo ou negativo ante um resultado; tomou uma conotação mais como ato que como processo. Diante do exposto sobre o valor da interação, percebe-se que a avaliação constitui também um processo comunicativo que acompanha de forma equilibrada o processo evolutivo da aprendizagem. Assim o aluno se sente estimulado e informado na construção de seu conhecimento e se envolve em passar a uma nova etapa do seu processo, motivado em alcançar novos níveis.

Segundo Madalena Freire (1993), o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se encontram para refletir sobre sua realidade e atuar criticamente para transformá-la.

Para facilitar a compreensão sobre avaliação veremos sua evolução desde a década 20 até os momentos atuais. O que aconteceu em cada uma dessas gerações, o que mudou, o pensamento do professor e do aluno, a posição da escola, o papel dos pais na vida do aluno, a importância da sociedade, aspectos que influenciam no progresso do educando; são pontos importantes que fazem parte deste estudo.

O objetivo desta pesquisa é fazer uma ampla análise sobre o sistema de avaliação escolar. É importante considerar o grande desafio em procurar um novo significado onde a avaliação tenha uma nova concepção, superando o atual e atrasado sistema avaliativo, que na maioria das vezes causa mais danos que benefícios. É importante compreender que avaliar é um processo gradual, contínuo, onde deve ser levado em conta não só conteúdos e conceitos, mas também a interação, posturas, normas e éticas, visando assim o desenvolvimento integral do avaliado, sem ter uma conotação de desvalorização que incida negativamente na sua auto-estima.

Este trabalho mostra a importância do processo avaliativo como instrumento que impulse novas buscas e realizações, sem causar frustrações e bloqueios no aprendizado do educando.

I - EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO

Para termos uma ampla visão sobre avaliação, faremos um breve estudo a partir da década de 20. Para podermos focar sua importância, o papel do aluno, do professor e dos pais, sua evolução, seus preconceitos, a posição da escola, a importante influência da sociedade, entre outros aspectos que facilitarão a busca de novas alternativas para alcançarmos bons resultados na avaliação e a capacidade de distinção dos avanços e retrocessos que convivem na teoria e na prática.

A partir do início do século XX a avaliação vem atravessando pelo menos quatro gerações em sua evolução.

Na década de 20 e 30 surge a primeira geração que vem associada à mensuração, não se distinguia até então avaliação e medida. A avaliação

era concentrada na elaboração de instrumentos ou testes para se verificar o rendimento escolar. O papel do avaliador era eminentemente técnico.

A segunda geração é em torno dos anos 30 e 40, onde se vê uma avaliação descritiva com o objetivo de descrever o que seria sucesso ou dificuldade em relação aos critérios estabelecidos. Os dados precisavam ser obtidos em função do alcance dos objetivos por parte dos alunos envolvidos no processo. O papel do avaliador consistia em descrever padrões e critérios, ainda bastante técnico em sua atuação.

Nos anos 60 e 70 surgia a terceira geração com muitas limitações em relação à excessiva dependência da definição de objetivos. Alguns estudiosos (Stake – 1967 e Scriven – 1967) colocaram que *“a avaliação não pode prescindir de julgamento, não bastaria medir e descrever, era preciso julgar sobre o conjunto de todas as dimensões do objeto, inclusive sobre os objetivos”*. Nessa geração o papel do avaliador era incorporar o que era fundamental nas gerações anteriores em termos de descrição.

A quarta geração gira em torno dos anos 80 e 90, cuja característica principal é a negociação, para se ter uma maior participação nas questões avaliativas, nos métodos e na interpretação dos resultados. É um processo interativo, negociado que vem em substituição ao modelo de controle, manipulativo e experimental; é aproveitado a interação entre avaliador e avaliado.

Não podemos pensar em avaliação escolar, sem analisarmos o sistema educacional, já que a avaliação é uma peça importante nesse sistema. Sabe-se que a prática escolar está sujeita a condicionantes que implicam diferentes concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente, diferentes pressupostos sobre o papel da escola e da aprendizagem. E dentro dessa perspectiva de reprodução da sociedade, surgem as diversas tendências com este objetivo. Dentro dessa concepção surgiram as chamadas pedagogias dominantes: pedagogia liberal tradicional, pedagogia liberal renovada progressivista, pedagogia liberal renovada não-diretiva, pedagogia liberal tecnicista.

Na pedagogia liberal tradicional, se caracteriza por acentuar o ensino humanístico, de cultura geral. De acordo com essa escola tradicional, o aluno é educado para atingir sua plena realização através de seu próprio esforço. Sendo assim, as diferenças de classe social não são consideradas e toda a prática escolar não tem nenhuma relação com o cotidiano do aluno. Quanto aos pressupostos de aprendizagem, a idéia de que o ensino consiste em repassar os conhecimentos para o espírito da criança é acompanhada de outra: a de que a capacidade de assimilação da criança é idêntica à do adulto, sem levar em conta as características próprias de cada idade. A criança é vista, assim, como um adulto em miniatura, apenas menos desenvolvida. Assim, predomina, nessa tendência tradicional, a ênfase nos exercícios repetitivos e de recapitulação da matéria, exigindo uma atitude receptiva e mecânica do aluno.

A avaliação é utilizada como mero instrumento de verificação da apreensão de conteúdos, que são organizados pelo professor, numa seqüência lógica de forma repetitiva e memorizada, tendo caráter punitivo (castigos, reprovações, entre outros). O aluno é um ser passivo, sem direito a criticar ou opinar, e o professor é o centro do processo sempre agindo como “fiscal” no momento da avaliação.

Na pedagogia renovada progressista, acentua o sentido da cultura como desenvolvimento das aptidões individuais. A escola continua, dessa forma, a preparar o aluno para assumir seu papel na sociedade, adaptando as necessidades do educando ao meio social, por isso ela deve imitar a vida. Se, na Tendência Liberal Tradicional, a atividade pedagógica estava centrada no professor, na Escola Renovada Progressista, defende-se a idéia de “*aprender fazendo*”, portanto centrada no aluno, valorizando as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social, levando em conta interesses do aluno. Como pressupostos de aprendizagem, aprender se torna uma atividade de descoberta, é uma auto-aprendizagem.

A avaliação é voltada para os interesses dos alunos, o importante é o processo de aprender e o educando é exatamente esse processo. O professor não é mais o único avaliador, pois divide com o grupo essa importante tarefa.

Na pedagogia liberal renovada não-diretiva, acentua-se o papel da escola na formação de atitudes, razão pela qual deve estar mais preocupada com os problemas psicológicos do que com os pedagógicos ou sociais. Todo o esforço deve visar a uma mudança dentro do indivíduo, ou seja, a uma adequação pessoal às solicitações do ambiente.

Aprender é modificar suas percepções e sentimentos, a pessoa só aprende o que acha importante para si, assim, a avaliação adquire uma conotação extremamente individual. Tendo como instrumento a auto-avaliação, interessa o que se pensa sobre si, e só ela tem condições de avaliar esse pensamento. Por isso, o educador e os educandos são excluídos do processo avaliativo.

Na pedagogia liberal tecnicista, prega-se o aperfeiçoamento da ordem social vigente, articulando-se diretamente com o sistema produtivo,

emprega a ciência da mudança de comportamento. Seu interesse principal é, produzir indivíduos “*competentes*” para o mercado de trabalho, não se preocupando com as mudanças sociais.

O indivíduo torna-se um mero técnico onde não se exige interpretação de pensamento, desenvolvimento, idéias, e sim repetição ou escolha de respostas prontas. A avaliação é utilizada para verificar habilidades, atitudes e os conhecimentos específicos a que o educando é condicionado, assim professor/aluno tornam-se objetos de *uma “máquina de pensar”* externa.

Essas pedagogias que foram citadas não proporcionam mudança alguma na nossa atual sociedade, na verdade elas conservam e reproduzem na íntegra. Muitos estudiosos insatisfeitos com a ultrapassada prática pedagógica demonstraram o desejo de mudança.

Segundo Luckesi: “*no seio e no contexto da prática social liberal conservadora, vem se aspirando e vem nascendo uma opção do outro modelo social, onde a igualdade entre os seres humanos e a sua liberdade não se mantivesse tão somente ao nível da formalidade da lei, mas que traduzissem em concretudes históricas*”.(1998, p.38)

A partir daí, percebemos pedagogias que demonstram interesses das classes populares, que apesar de serem a maioria da nação não controlam os mecanismos políticos e culturais do país. Segundo Luckesi: “*é possível encontrar três tendências pedagógicas não circulantes no âmbito da ideologia dominante: a pedagogia Libertadora, Libertária e a Crítico-Social dos Conteúdos*”.(idem, p.59)

As Tendências Progressistas Libertadora e Libertária tem, em comum, a defesa da autogestão pedagógica e o antiautoritarismo. A pedagogia Libertadora é também conhecida como a pedagogia de Paulo Freire, vincula a educação à luta e organização de classe do oprimido. Segundo Gadotti

“Paulo Freire não considera o papel informativo, o ato de conhecimento na relação educativa, mas

insiste que o conhecimento não é suficiente se, ao lado e junto deste, não se elabora uma nova teoria do conhecimento e se os oprimidos não podem adquirir uma nova estrutura do conhecimento que lhes permita reelaborar e reordenar seus próprios conhecimentos e apropriar-se de outros. Assim, para Paulo Freire, no contexto da luta de classes, o saber mais importante para o oprimido é a descoberta da sua situação de oprimido, a condição para se libertar da exploração política e econômica, através da elaboração da consciência crítica passo a passo com sua organização de classe. Por isso, a pedagogia libertadora ultrapassa os limites da pedagogia, situando-se também no campo da economia, da política e das ciências sociais". (1989, p.45)

Essa tendência dá menos importância aos conteúdos, enfatiza a discussão em grupo, a conscientização, o cotidiano do aluno; o que é aprendido não decorre de uma memorização, mas do nível crítico de conhecimento, ao qual se chega pelo processo de compreensão, crítica e reflexão. Segundo Libâneo para essa tendência: *“aprender é um ato de conhecimento da realidade concreta, isto é, da situação real vivida pelo educando, e só tem sentido se resulta de uma aproximação crítica dessa*

realidade(1988, p.32). Portanto o conhecimento que o educando transfere representa uma resposta à situação de opressão a que se chega pelo processo de compreensão, reflexão e crítica”.

A avaliação, se dá através da auto-avaliação e da avaliação em grupo, o professor participa como integrante do grupo, é portanto, uma avaliação da prática social.

A pedagogia Libertária, parte do pressuposto de que somente o vivido pelo educando é incorporado e utilizado em situações novas, por isso o saber sistematizado só terá relevância se for possível seu uso prático. Preocupa-se em considerar todo o conhecimento capaz de solucionar problemas da vida social, independente dos conteúdos pedagógicos. O professor não tem nenhuma participação nesse processo.

A pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais. A atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade. Na visão da pedagogia dos conteúdos, admite-se o princípio da aprendizagem significativa, partindo do que o aluno já sabe. A transferência da aprendizagem só se realiza no momento que o aluno supera sua visão parcial e confusa e adquire uma visão mais clara e unificadora. Valoriza a escola, está preocupada em assegurar a função social da escola enquanto instituição. A avaliação se caracteriza como um processo global, ou seja, atinge todos os aspectos do desenvolvimento humano; é quantitativa e qualitativa e tem um caráter de reflexão e orientação, e não de classificação.

II - IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO

Após a realização de algumas pesquisas, faz-se necessário à apreciação do trecho do livro de Ruth Rocha para a fixação de que no momento de uma avaliação devem ser tomadas medidas de precaução para que não seja feita uma avaliação errada do educando, respeitando suas características individuais, conhecendo-os para que ocorra uma interação de forma consciente.

“Quando a escola é de vidro” – Trecho do livro de Ruth Rocha

Eu ia a escola todos os dias de manhã e quando chegava, logo, logo, eu tinha que me meter no vidro. É, no vidro!

Cada menino ou menina tinha um vidro e o vidro não dependia do tamanho de cada um, não! O vidro dependia da classe em que a gente estudava.

Se você estava no primeiro ano, ganhava um vidro de um tamanho. Se você fosse do segundo ano, seu vidro era um pouquinho maior. E assim, os vidros iam crescendo à medida que você ia passando de ano.

Se não passasse de ano era um horror. Você tinha que usar o mesmo vidro do ano passado.

Coubesse ou nãooubesse.

Aliás nunca ninguém se preocupou em saber se a gente cabia nos vidros. E pra falar a verdade, ninguém cabia direito.

Uns eram gordos, outros eram muitos grandes, uns eram pequenos e ficavam afundados no vidro, nem assim era confortável.

A gente não escutava direito o que os professores diziam, os professores não entendiam o que a gente falava, e a gente nem podia respirar direito...

A gente só podia respirar direito na hora do recreio ou na aula de educação física. Mas aí a gente já estava desesperado de tanto ficar preso e começava a correr, a gritar, a bater uns nos outros. (Rocha, 1992, p.18)

“Metáfora do vidro”

O hábito de ficar dentro dos vidros acaba se tornando cômodo para algumas crianças, elas se adaptam à forma do vidro e acabam se sentindo até desconfortáveis fora dele. Quanto mais elas se moldam ao vidro menos trabalho dão aos adultos. Outras, porém, sofrem porque são diferentes e esta diferença não é levada em conta; elas não recebem nenhum tipo de ajuda e de estímulo.

Mas será que é isso que se quer do processo educacional? Todo mundo pensando igual e fazendo tudo igual?

O vidro filtra o que o professor fala e também o que fala o aluno. A comunicação e portanto as relações entre eles não são espontâneas. Ouvir é diferente de escutar ativamente, é muito diferente! Em se tratando de crianças e adolescentes, há que se fazer um esforço extra para entender exatamente o que eles querem dizer! Mesmo assim, com todo nosso esforço e atenção, quantas perguntas deixaram de ser formuladas e quantas deixaram de ser respondidas!

As crianças que ficaram tempo demais dentro de vidros adoram as aulas de educação física. O corpo do aprendiz faz parte dele, é através do corpo que ele fala, que expressa seus sentimentos e que ele aprende. Assim há muitas maneiras de aprender e todas elas devem ser colocadas à disposição do aprendiz.

Um dia teremos a revolução dos vidros, e a diferença, não mais a mesmice, será valorizada!

Esta metáfora reforça a reflexão sobre a avaliação escolar, já que o coerente é que o aluno vá para a escola não para ser quantificado, mas para aprender. Ensinar é obrigação e dever primeiro da escola. O objetivo básico é aprender. Ter ou não ter diploma, ter ou não ter boas notas, passar ou não passar de ano devem ser conseqüências coerentes desse aprendizado. Por

isso, o grande desafio da escola é reinventar a avaliação escolar visando o desempenho do aluno como ser integral, consciente da cidadania e dos valores morais e éticos, onde primordialmente ele tenha sua identidade respeitada.

O termo avaliar tem sido constantemente associado a expressões como: fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passando de ano. Esta associação, tão freqüente em nossa escola é resultante de uma concepção pedagógica arcaica, porém tradicionalmente dominante. Nela a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo.

Dentro de uma concepção pedagógica mais moderna, baseada na psicologia genética a educação é concebida como experiência de vivência multiplicada e variadas, tendo em vista o desenvolvimento motor, cognitivo, objetivo e social do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento.

Dentro dessa visão, em que educar é formar e aprender é construir o próprio saber, a avaliação, contempla dimensões, e não se reduz apenas em atribuir notas.

Se o ato de ensinar e aprender, consiste na realização em mudanças e aquisições de comportamentos motores, cognitivos, afetivos e sociais, o ato de avaliar consiste em verificar se eles estão sendo realmente atingidos e em que grau se dá essa obtenção, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção do seu saber. Nessa perspectiva, a avaliação assume um sentido orientador e cooperativo.

Assim a avaliação assume uma dimensão orientadora, pois permite que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para continuar progredindo na construção do conhecimento.

A forma de encarar e realizar a avaliação reflete a atitude do professor em sua interação com a classe bem como sua relação com o aluno. Por exemplo, um professor autoritário e inseguro, poderá ver na avaliação uma arma de tortura ou punição para alunos apáticos ou indisciplinados. Por sua vez, seu professor sério e responsável, que orienta as atividades de aprendizagem dos educandos, tenderá a encarar a avaliação como uma forma de diagnóstico dos avanços e dificuldades dos alunos e como indicador para o replanejamento de seu trabalho docente. Nessa perspectiva, a avaliação ajuda o aluno a progredir na aprendizagem, e o professor aperfeiçoar sua prática pedagógica.

Em termos gerais a avaliação é um processo de coleta e análise de dados, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos, sempre respeitando as características individuais e o ambiente em que o educando vive. A avaliação deve ser integral considerando o aluno como um ser total e integrado e não de forma fragmentada.

Os professores precisam verificar o conhecimento prévio de seus alunos, com isso conseguindo planejar seus conteúdos e detectar o que o aluno aprendeu nos anos anteriores. Precisa também identificar as dificuldades de aprendizagem, diagnosticando e tentando identificar e caracterizar as possíveis causas.

O professor também deve estabelecer ao iniciar o período letivo, os conhecimentos que seus alunos devem adquirir bem como as habilidades e atitudes a serem desenvolvidas. Esses conhecimentos e habilidades devem ser constantemente avaliados durante a realização da atividade, fornecendo informações tanto para o professor como para o aluno sobre o que já foi assimilado e o que ainda precisa ser dominado. Caso o aluno não consiga atingir as metas propostas, cabe ao professor organizar novas situações de aprendizagem para dar a todos, condições de êxito nesse processo.

O ato de avaliar fornece dados que permitem verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos, e também, indiretamente determinar a qualidade do processo de ensino. Ao avaliar o progresso de seus alunos na aprendizagem, o professor pode obter informações valiosas sobre seu próprio trabalho. Nesse sentido a avaliação tem uma função de retroalimentação ou feedback, porque fornece ao professor dados para que ele possa repensar e replanejar sua atuação didática, visando aperfeiçoá-la, para que seus alunos obtenham mais êxito na aprendizagem.

Segundo pesquisas ato de avaliar deve estar fundamentado nos seguintes pontos:

1. Continuidade: a avaliação deve estar presente durante todo o processo educacional e não somente em períodos específicos;
2. Compatibilidade com o objetivo proposto: a avaliação deve estar em conformidade com os objetivos definidos como norteadores do processo educacional para que venha realmente cumprir a função de diagnóstico.
3. Amplitude: a avaliação deve estar presente em todas as perspectiva do processo educacional, avaliando assim todos os comportamentos do domínio (cognitivo, afetivo e psicomotor);
4. Diversidade de forma: para avaliar devemos utilizar as várias técnicas possíveis visando também todos os comportamentos do domínio.

Assim sendo, a dinâmica de estrutura das sociedades de classes dominantes utiliza a educação como um instrumento de dominação, uma vez que essas sociedades são governadas por grupos dominantes e a cultura é postulada conforme o interesse desses grupos, e sobretudo enfatiza essa influência na escola, por sua condição de produção de saber por excelência.

Nesse contexto, a escola, a didática, o currículo escolar e sobretudo a avaliação são reflexos dessa estrutura complexa de relação de poder. A realidade então passa a ser o exercício de coação, da escola como obrigação,

do professor como autoridade máxima e incontestável, onde estar na sala de aula é desprazer.

O fracasso escolar é visto então, como uma questão individual, próprio de cada aluno e seus problemas. No entanto, não podemos responsabilizar somente à ele, nem tão pouco ao professor, que muitas vezes não é preparado para esta outra função - a de avaliador. Precisamos sobretudo, rever os paradigmas da avaliação do desempenho escolar, bem como da educação como um todo, para que a aprendizagem do aluno possa ir para além da sala de aula.

O modelo classificatório de avaliação, onde os alunos são considerados aprovados ou não aprovados, oficializa a concepção de sociedade excludente adotada pela escola. O resultado da avaliação é considerado portanto, como uma sentença, um veredicto oficial da capacidade daquele aluno que fica registrado e é perpetuado para o resto de sua vida. O mais triste porém é que a publicação dos resultados não revela o que o aluno conseguiu aprender, é um resultado fictício, definindo um perfil, pela cristalização desse falso resultado.

Rever a concepção de avaliação é rever sobretudo as concepções de conhecimento, de ensino, de educação e de escola. Impõe pensar em um novo projeto pedagógico apoiado em princípios e valores comprometidos com

a criação do cidadão. Somente após essa consciente revolução é que a avaliação será vista como função diagnóstica e transformadora da realidade.

Se analisarmos a situação atual da prática educativa em nossas escolas identificaremos problemas como: a grande ênfase dada a memorização, pouca preocupação com o desenvolvimento de habilidades para reflexão crítica e auto-crítica dos conhecimentos que aprende; as ações ainda são centradas nos professores que determinam o que e como deve ser aprendido e a separação entre educação e instrução.

A solução para tais problemas está no aprofundamento de como os educandos aprendem e como o processo de ensinar pode conduzir à aprendizagem.

O processo de ensino-aprendizagem tem sido historicamente caracterizado de formas diferentes, que vão desde a ênfase no papel do professor como transmissor de conhecimento, até as concepções atuais que concebem o processo de ensino-aprendizagem como um todo integrado que destaca o papel do educando.

Nesse último enfoque, considera-se a integração do cognitivo e do afetivo, do instrutivo e do educativo como requisitos psicológicos e pedagógicos essenciais.

O processo de ensino-aprendizagem é uma integração dialética entre o instrutivo e o educativo que tem como propósito essencial contribuir para a formação integral da personalidade do aluno. O instrutivo é um processo de formar homens capazes e inteligentes. Entendendo por homem inteligente quando, diante de uma situação problema ele seja capaz de enfrentar e resolver os problemas, de buscar soluções para resolver as situações. Ele tem que desenvolver sua inteligência e isso só será possível se ele for formado mediante a utilização de atividades lógicas. O educativo se logra com a formação de valores, sentimentos que identificam o homem como ser social, compreendendo o desenvolvimento de convicções, vontade e outros elementos da esfera volitiva e afetiva que junto com a cognitiva permitem falar de um processo de ensino-aprendizagem que tem por fim a formação multilateral da personalidade do homem.

A eficácia do processo de ensino-aprendizagem está na resposta em que este dá à apropriação dos conhecimentos, ao desenvolvimento intelectual e físico do estudante, à formação de sentimentos, qualidades e valores, que alcancem os objetivos gerais e específicos propostos em cada nível de ensino de diferentes instituições, conduzindo a uma posição

transformadora, que promova as ações coletivas, a solidariedade e o viver em comunidade.

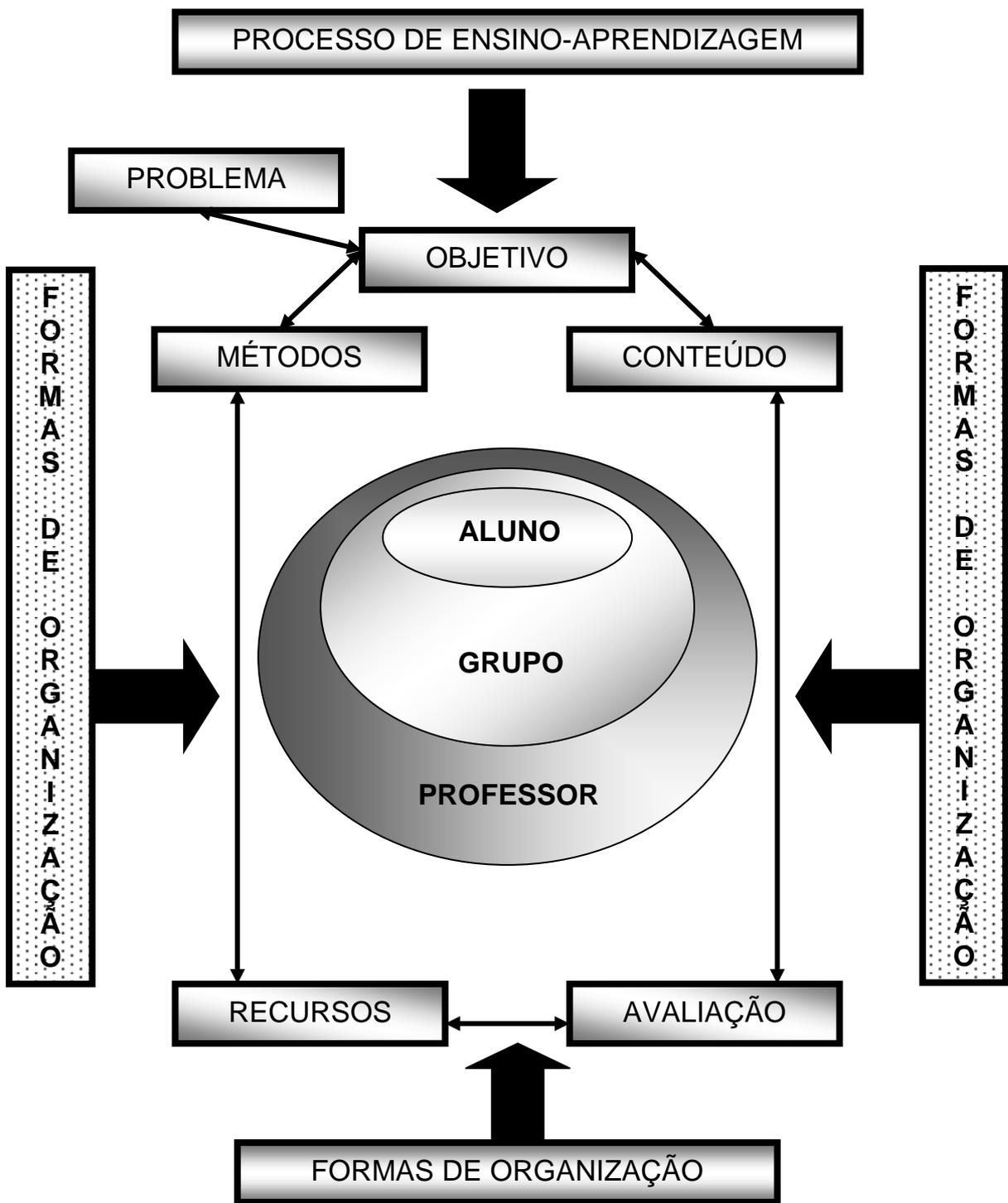
A concepção de que o processo de ensino-aprendizagem é uma unidade dialética entre a instrução e a educação está associada à idéia de que igual característica existe entre ensinar e aprender. Esta relação nos remete a uma concepção de que o processo de ensino-aprendizagem tem uma estrutura e um funcionamento sistêmico, isto é, está composto por elementos estreitamente inter-relacionados.

Todo ato educativo obedece determinados fins e propósitos de desenvolvimento social e econômico e em conseqüência responde a determinados interesses sociais, sustentam-se em uma filosofia da educação, adere a concepções epistemológicas específicas, leva em conta os interesses institucionais e, depende, em grande parte, das características, interesses e possibilidades dos sujeitos participantes, alunos, professores, comunidades escolares e demais fatores do processo.

Todas estas influências exercem sua ação inclusive nos pequenos atos que ocorrem na sala de aula, ainda que não sejam conscientes. Ao selecionar algum destes componentes para aprofundar deve-se levar em conta a unidade, os vínculos e os nexos com os outros componentes.

O componente é uma propriedade ou atributo de um sistema que o caracteriza; não é uma parte do sistema e sim uma propriedade do mesmo, uma propriedade do processo docente-educativo como um todo. Identificamos como componente do processo de ensino-aprendizagem :

- Aluno - devem responder a pergunta: "Quem?"
- Professor - devem responder a pergunta: "Com quem?"
- Problema - elemento que é determinado a partir da necessidade do aprendiz.
- Objetivo - deve responder a pergunta: "Para que ensinar?"
- Conteúdo - deve responder a pergunta: "O que aprender?"
- Métodos - deve responder a pergunta: "Como desenvolver o processo?"
- Recursos - deve responder a pergunta: "Com o quê?"
- Avaliação é o elemento regulador, sua realização oferece informação sobre a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, sobre a efetividade dos outros componentes e das necessidades de ajuste, modificações que o sistema deve usufruir.



Relação entre diferentes componentes do processo ensino-aprendizagem.
 Fonte: FERNÁNDEZ, Fátima Addine, 1998. p. 23

A integração de todos os componentes forma o sistema, o processo de ensino-aprendizagem. As reflexões sobre o caráter sistêmico dos componentes do processo de ensino-aprendizagem e suas relações são importantes em função do caráter bilateral da comunicação entre professor-aluno, aluno-aluno, grupo-professor, professor-professor.

Segundo Dalbem (1997), duas abordagens da avaliação escolar vem se contrapondo com muita frequência nesta década: uma que insiste em definir o sucesso ou fracasso do aluno no processo ensino-aprendizagem e outra que considera que a avaliação incide sobre todo o processo de ensino-aprendizagem.

A educação formal, predominante na maioria de nossas escolas tem sido baseada na transmissão de conhecimentos historicamente acumulados, no ensino baseado em exercícios repetitivos que levam a um adestramento em técnicas e habilidades, privilegiando assim a primeira abordagem.

A adoção de uma nova postura educacional, a busca de um paradigma da educação tem substituído no processo ensino-aprendizagem,

uma relação obsoleta de causa e efeito para um modelo que enfatiza o exercício de investigação e construção de conhecimento.

A nossa prática e estudos relacionados ao processo de avaliação do processo ensino-aprendizagem tem apontado contradições nesse processo. A interação do sujeito com o mundo social acontece de fora para dentro, isto é, o professor é o agente que exerce sua ação sobre o aluno, orienta sua prática segundo uma concepção de ensino caracterizado pela transmissão de algo externo, pela instrução de objetivos e de conteúdos específicos. Esse conteúdo é o centro do processo educativo. Ele está "sobre" os sujeitos que ensinam e aprendem.

Os educadores, em nome da apreensão do conhecimento, exercem uma pressão sobre os alunos. O problema está na relação descontextualizada dos conteúdos escolares que devem ser assimilados e admitidos como prontos e acabados, deixando de possuir a dimensão de um produto histórico e social. Assim, os alunos vão ficando à margem da história, sem a oportunidade de desenvolver o seu raciocínio crítico e sua criatividade.

Para D'Ambrósio, *"aprendizagem é a aquisição de capacidades de explicar, de aprender e compreender, de enfrentar criticamente, situações*

novas. Não é o mero domínio de técnicas, habilidades e muito menos de memorização de algumas explicações."(1999, p.41)

O grande erro de nossas escolas tem sido de avaliar habilidades cognitivas fora do contexto cultural, desconhecendo que a capacidade cognitiva é própria de cada indivíduo, por ser influenciada pelo emocional/afetivo, pela história de vida, leitura de mundo e peculiaridades individuais da personalidade desta identidade em formação.

Cada indivíduo organiza seu processo intelectual ao longo de sua trajetória de vida. Para se compatibilizar as organizações intelectuais dos indivíduos com o objetivo de criar comportamentos socialmente aceitáveis, não é necessário eliminar a autenticidade e a individualidade de cada um no processo. O grande desafio da educação é o de ser capaz de interpretar as capacidades e a própria ação cognitiva na forma linear, estável e contínua que caracterizam as práticas educacionais atuais. D'Ambrósio (1999), propõe ainda, o reconhecimento de que o indivíduo é um todo integral e integrado e que suas práticas cognitivas e organizativas não são desvinculadas do contexto histórico no qual o processo se dá, contexto esse em permanente evolução.

O mesmo conhecimento que está na escola para ser produzido é ao mesmo tempo tratado como conhecimento objeto, que faz com que o aluno esqueça que ele é um sujeito histórico, produtor de cultura e fator fundamental para a estruturação dos vínculos, sentidos e significados de sua relação no mundo, com a sociedade da qual faz parte.

Para Litto (1996), o atual sistema educacional é um espelho do sistema de produção industrial em massa, no qual as crianças passam de uma série a outra, numa seqüência de matérias padronizadas como se fosse uma linha de montagem industrial. Os fatos são despejados em suas cabeças. Crianças com maior capacidade de absorção de fatos e

comportamentos mais submissos são colocados na trilha mais veloz, enquanto outras são colocadas na trilha de velocidade mediana. “*Produtos defeituosos*” são tirados da linha de montagem e devolvidos para conserto.

A estrutura rígida da escola dificulta essa visão, uma vez que insiste na organização seriada, determinada por tempos bem definidos e subdividindo as disciplinas em conteúdos escolares, prestigiando o caráter cumulativo do processo. Nesta ótica, o processo avaliativo não está a serviço do processo ensino-aprendizagem, mas de um fator externo proveniente das relações existente na sociedade.

A segunda abordagem da avaliação escolar se apóia na necessidade de estabelecer vínculos significativos entre as experiências de vida dos alunos, os conteúdos oferecidos pela escola e as exigências da sociedade, estabelecendo também relações necessárias para compreensão da realidade social em que vive e para mobilização em direção a novas aprendizagens com sentido concreto.

A avaliação como tradicionalmente tem sido usada na escola mediante testes e exames, diz muito pouco sobre aprendizagem. Na verdade os alunos passam por testes para os quais são treinados.

A avaliação tem tudo a ver com a filosofia de educação que orienta a prática educativa. É interessante notar que o fenômeno aprendizagem é

reconhecido em todas as espécies e está relacionado diretamente à busca da sobrevivência.

As três características da avaliação são:

- O que é? É um fato pedagógico;
- Por quê? Para verificar progresso;
- Para quê? Para, se necessário, aplicar métodos alternativos para atingir progressos.

Ao afirmar que a avaliação é um fato pedagógico, reconhece-se que ela está ligada a todo um processo que se desenvolve continuamente, e não pode ser feita com instrumentos externos dados ao professor, tais como provas e testes.

Segundo D'Ambrósio não há testes que respondam *“ao que o aluno deve saber nessa idade ou nesta etapa de escolaridade”*(1999, p.68). Cada aluno é um indivíduo com estilos próprios de aprendizagem.

Quando se afirma que pela avaliação se verifica continuamente o progresso da aprendizagem reconhece-se que este se manifesta na capacidade que o aluno tem, de quando desejar ou necessitar, enfrentar uma

nova situação. Não no que o aluno é capaz de repetir, através de memorização ou de uma verdadeira “*musculação*” cerebral.

Progresso significa capacidade de realizar tarefas envolvendo crescente grau de sofisticação. O professor deve ter oportunidade e capacidade de decidir o que é mais adequado fazer se a classe não estiver progredindo adequadamente.

Desta forma, a avaliação mediadora ganha destaque dentro de um paradigma que tem como objetivo promover a aprendizagem, mediação que significa movimento, provocação. A avaliação mediadora é aquela que não está no término de um período de tarefas dos alunos, no término de um período escolar, mas numa ação educativa do professor, de reflexão teórica e de ação educativa provocativa entre uma e outra tarefa do aluno. Onde está a ação avaliativa do professor? Ela deve partir da atividade do aluno, ela é o ponto de partida para análise da produção. O professor deve analisar a atitude do aluno diante da atividade, analisar o resultado apresentado, reter teoricamente e, através de sua ação como professor, provocar, desafiar a descobrir melhores soluções para aquelas hipóteses que ele vem construindo gradativamente. É a mediação entre o conhecimento inicial e o saber enriquecido, através da ação, da provocação e do desafio.

Para Vasconcelos (1995), a avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve ter o caráter de acompanhamento de processo. Deve abranger os três aspectos básicos da tarefa educativa: trabalho com o conhecimento, relacionamento interpessoal e organização da coletividade.

A avaliação deve ter como objetivo, informar os atores envolvidos sobre a direção do processo de aprendizagem dos alunos; captar as necessidades e falhas do processo, se comprometer com a busca da superação; possibilitar aos professores e alunos refletirem conjuntamente sobre a realidade, selecionar as formas apropriadas de dar continuidade ao processo, tomada de decisão, uma mudança de atitude. Para tanto é necessário a definição clara dos critérios a serem avaliados com todos os envolvidos.

A avaliação do processo de aprendizagem deve ser contínua, analisando as diferentes etapas do processo. Avaliar o processo e não apenas o produto.

Avaliar a aprendizagem de formação de valores com o mesmo interesse que os conteúdos conceituais é uma decisão que só se pode assumir realmente se se concebe que a educação escolar deve ser integral. Para caminhar no sentido de uma educação integral não basta ensinar conhecimentos, mas também atitudes de investigar, de debater, de respeitar posições divergentes, de organizar-se, de tomar decisões coletivamente;

capacidade de estabelecer relações, de administrar seu tempo e seu espaço, de criticar e interferir na realidade de forma reflexiva e criativa, de adotar estratégias de resolução de problemas. Assim concebida, a avaliação se torna coerente com a concepção de educação e de aprendizagem aqui defendidas.

A avaliação tem de estar a serviço de algum objetivo, não tem sentido por si mesma. Se o objetivo é a formação integral do aluno, há de se avaliar essa integridade. Não basta avaliarem só os conhecimentos; a avaliação não pode ocorrer em um só momento do processo, no início (diagnóstica), no final (somativa), mas ao longo de todo o processo (formativa).

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem não é neutra, atrás de uma avaliação há sempre perguntas tais como: *“Avaliar para quê?”*, *“Avaliar em função de quê?”*. Cabe a nós professores buscarmos respostas para essas questões.

III - INTERAÇÃO NO PROCESSO AVALIATIVO

Há quase um consenso entre os educadores, formados nas mais diversas escolas de pensamento, contrário ao modelo tradicional de avaliação, que seja a avaliação por notas e ou por provas. A avaliação é um aspecto da prática fundamental no processo ensino-aprendizagem, tanto no que tange aos professores quanto para os alunos e seus pais, uma vez que

está ela intrinsecamente relacionada à destinação da proposta político-pedagógica. Para o professor, a avaliação representa um papel fundamental, visto que é por intermédio da análise reflexiva dos avanços e dificuldades dos alunos que poderão rever e redefinir sua prática pedagógica, tanto no aspecto do alinhavo de novas intervenções como na proposição de atividades e metodologias mais adequadas ao desenvolvimento dos alunos.

Toda e qualquer produção por parte dos alunos passa a ser significativa, uma vez que reflete um determinado estágio de desenvolvimento dos conhecimentos, desde que haja entendimento por parte do professor de como o aluno elaborou determinadas respostas ou soluções, para definir então, quais intervenções e atividades coletivas e ou individuais deverão ser realizadas visando dar continuidade ao processo de desenvolvimento. Os problemas da prática mais comum, portanto, poderão levantar questões de estudo para a formação do professor.

Para o aluno, a avaliação destaca-se como um componente do seu processo de escolarização porque define a permanência e continuidade de seu desenvolvimento na escola. É através da avaliação que o aluno terá a possibilidade de conhecer seu desempenho e compreender seu processo de aprendizagem e formação, pois, quando passa ele a ter consciência de seu processo, desenvolve-se intelectual, social e afetivamente. Quanto aos pais, a avaliação escolar significa um importante instrumento ou mecanismo de compreensão dos processos aqueles vividos por seus filhos, e pode, com efeito, informar-lhes do por quê e como ajudá-los tanto dentro como fora do âmbito escolar.

Embora exista uma gama variada de possibilidades e formas de avaliação possíveis, os professores e escolas ainda assim parecem estar acorrentados ao modelo tradicional. Considerando ainda, que parte talvez até mesmo de nosso modelo social vigente, é o da busca a qualquer preço pela pontuação ou nota necessárias a servir de chave de passagem para o

próximo ano letivo, deixando o mais importante, o ensino em si, o ensinamento profundo ou o aprendizado verdadeiro, relegados a um constrangedor segundo plano. Nessa linha de pensamento, nos diz Fleuri (apud Vasconcellos 1994, p.42): *“Para que serve a nota na escola? Óbvio responderão muitos – a nota serve para indicar o quanto o aluno aprendeu! Desta forma, promoverá aqueles que estiverem preparados para exercer sua profissão e reterá os que não estiverem aptos. (...) Esta obviedade, porém, é contestada diariamente pela prática escolar em que os alunos aprovados demonstram, a seguir, que não aprenderam o que sua nota faz pressupor.”*

Mas avaliação e nota não são de forma alguma a mesma coisa. Isso é algo primário, conceitual, embora muitos, inclusive professores, pareçam não atentar para o fato. A avaliação não pode andar dissociada da reflexão e do entendimento de si com relação às possibilidades advindas desse refletir. Na avaliação devemos atuar com o senso crítico ligado, de forma a proferir um conceito verdadeiro em cima do fato, da prática. A questão básica sobre a avaliação, seja talvez o fato de ela estar demasiadamente arraigada nos mais variados níveis ou mecanismo presentes no sistema. É necessário pensar uma outra lógica de avaliação, a qual passaria a considerar como eixo o processo (compreensão dos aspectos envolvidos na aprendizagem e desenvolvimento humano) e re-significar o produto (valorização e qualificação dos resultados). A avaliação está absorvida pelas engrenagens e pelos indivíduos que compõem esse sistema, tornando tragicamente dificultosa qualquer tentativa que se pretenda, de transformar o modelo seja em que

aspecto for. Nesse sentido, sobre a avaliação, conceitua Vasconcellos (idem):

“Há que se distinguir, inicialmente, `Avaliação e Nota`. Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. A nota, seja na forma de número, conceito ou menção, é uma exigência formal do sistema educacional. Podemos imaginar um dia em que não haja mais nota na escola – ou qualquer tipo de reprovação - , mas certamente haverá necessidade de continuar existindo avaliação, para poder se acompanhar o desenvolvimento dos educandos e ajuda-los em suas eventuais dificuldades”.(1994, p.54)

Grande parte dos alunos, confrontados com situações avaliativas, especialmente frente às atividades escritas, podem ser influenciados pelas atitudes apresentadas pelo professor. Muitas vezes chegam para o professor, já com toda sorte de traumas e medos, pelas mais diversas situações familiares e ou de experiências negativas absorvidas em anos anteriores. Ainda assim, deve o professor tentar fazer com que o aluno supere seus medos e enfrente as situações surgidas com plena confiança.

É absolutamente necessário que se consiga verificar a extensão das capacidades aprendidas, de modo que se possa dar uma confirmação àquilo que realmente aprendeu o estudante. Nos processos de avaliação não se pode de forma alguma depositar uma confiança plena, como medir a proporção em que cada indivíduo conseguiu atingir o objetivo estabelecido no planejamento inicial, levando-se em conta a própria atuação desse indivíduo e não sua posição com relação ao grupo? A resposta não é assim tão fácil, ou melhor, a efetiva aplicação, não por sua própria complexidade, mas em função de como vem sendo feito. Trata-se de quebrar, primeiro, para depois poder tratar de construir, isto é, é preciso romper com os modelos ou padrões antigos de avaliação, para só então conseguir, com efeito, implantar um método novo e mais eficiente, capaz de demonstrar com eficácia o rendimento do aluno.

**No conceito emitido
por Sant`Anna, "A
avaliação escolar é o
termômetro que permite
avaliar o estado em que
se encontram os
elementos envolvidos no**

contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é alma do processo educacional. (...) O que queremos é sugerir meios e modos de tomar a avaliação mais justa, mais digna e humana".(1995, p.7)

Para ela, a idéia de prova está, sem dúvida, presente, mas acredita que isso não chegue a ser um mal, na medida em que seja percebida como um estímulo para o progresso ou ainda, um indicador de que, não tendo acontecido a aprendizagem, deve-se tratar de utilizar novas estratégias. Nesse mesmo sentido, Hoffmann nos diz que "o erro é um pecado",(1998, p.112) quando coloca que os erros possíveis das crianças não estejam limitados a uma esfera apenas, mas que podem ser de natureza diversa. Seria então preciso, por parte do professor, uma reflexão teórica sobre cada uma das respostas específicas do aluno e não considerar simplesmente que se deva dizer a resposta certa para ele ou ainda, considerar que todo e

qualquer erro que o aluno cometa tenha o caráter construtivo e que possa ele descobrir as respostas certas por si mesmo. Isso está diretamente ligado à aplicação da prova e, conseqüentemente, à avaliação que se faça das respostas dadas pelo aluno. Com efeito, se há uma relação de subjetividade dentro do contexto do que se pretende objetivo, a medida utilizada como pontuação avaliativa ou nota, é no mínimo uma questão discutível do ponto de vista do atingimento ou não de seu real fundamento. Não poderiam então, os registros de acompanhamento da evolução dos alunos, comporem-se ao longo do processo, ou conforme o conceito dado por Hoffman,

(...) *"Inútil tentar descrever o que não se viu, o que não foi trabalhado e nem motivo de reflexão. Assim, se o professor fizer apenas o registro das notas dos alunos nos trabalhos, ele não saberá descrever, após um tempo, quais foram as dificuldades que cada aluno apresentou, o que ele fez para auxiliá-lo a*

compreender aquele aspecto. Da mesma forma, o professor que só faz anotações dos alunos em termos de sua conduta, não poderá descrever outros aspectos do seu desenvolvimento. Registros significativos são construídos pelo professor ao longo do processo. Sua forma final é apenas uma síntese do que vem ocorrendo, uma representação do vivido".(idem, p.118)

O contexto avaliativo é, sem dúvida uma construção coletiva, na medida em que depende do encontro ou não de uma série de fatores, situações ou objetivos. Caracterizar a culpa do modelo sobre uma ou outra corrente de ação é minimizar a questão a um nível que pode individualizar

sem considerar as relações existentes com o meio de formação escolar e social as possíveis soluções, enquanto busca-se o oposto, ou seja, uma fórmula de avaliação que contemple a participação ativa de todos os implicativos, conforme o que nos diz Hoffmann *“Uma ação mediadora não promove o diálogo a relação no trabalho pedagógico, ela é um processo interativo, dialógico, existente enquanto relação, enquanto confluência de idéias e vivências”*.(1998, p.9)

Em termos de novidade quanto à avaliação, a nova LDB (Lei 9394/96) exige aos sistemas de ensino, sejam públicos ou particulares, que efetivem um processo avaliativo contínuo e qualitativo, mediador, em escolas e universidades. O que havia de fato, até o presente, era uma falta de acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos e muito menos com o sentido de prevenir as dificuldades surgidas, observando-os, refletindo sobre a natureza de suas manifestações, replanejando e tomando decisões de caráter puramente pedagógico, tendo-se por base os resultados dos testes e tarefas realizadas. Como consequência, a LDB vem tornar obrigatória aquilo que deveria ter sido buscado como meta, já há tempo, tão somente pela sensibilidade dos envolvidos no processo escolar como um todo ou pelas exigências e pressões inerentes a esse processo ou modelo escolar.

Com efeito, a prática instalada por tantos anos, de avaliação por notas somente, dificilmente irá modificar-se por força exclusiva de uma lei. É preciso que se possa mudar inclusive alguns conceitos ou padrões correlatos, passando pela melhor formação profissional do educador e, mesmo para aqueles conceitos produzidos ou fomentados a nível social. Nesse sentido, Hoffmann, nos diz: *“A prática avaliativa não irá mudar em nossas escolas em decorrência de leis, resoluções, decretos ou regimentos escolares, mas a partir do compromisso dos educadores com a realidade social que enfrentamos”*.(idem, p.36)

Se pretendermos realmente aplicar qualquer modelo diferenciado ao padrão vigente, ou mesmo modernizar o modelo tradicional, que seja, é imprescindível que possa o professor acompanhar com passos próximos tal movimento. Toda a mudança que se pretenda passa, com efeito, pela melhor qualificação desse profissional, assim como seu aprofundamento desde a transmissão dos conhecimentos, até aquela mudança estrutural, de aplicação e conduta, de compreensão do que busca o aluno e da própria feita do modelo avaliativo.

Principalmente o professor, por ser a peça chave do modelo de ensino, mas não só ele, deve correr em busca dessa mudança, dessa nova postura. Todo o corpo diretivo precisa tomar o rumo de um direcionamento mais profundo e objetivo, de forma a que todas as engrenagens ponham-se em movimento, a fazer andar a grande máquina do ensino escolar.

O educador precisa dar-se conta de que é e está seriamente comprometido com o juízo de valor emitido sobre o educando. Seu olhar estreita-se perigosamente ao considerar o processo avaliativo como uma ação objetiva e imparcial, puramente constatativa sobre o fazer do aluno. Como uma coleta de dados observável na avaliação, deve-se levar em conta a relação entre o avaliador e o avaliado.

No dizer de Firme, *“a escola pode ser comparada a um time de futebol, onde há o juiz e os jogadores”*(1998, p.47). Mesmo os jogadores sendo de bom nível, sendo craques, dependem da interpretação alcançada pelo juiz sobre suas jogadas, assim como estão sujeitos os alunos a diferentes critérios de avaliação por parte do professor. Não há dúvida de que o estado emocional tanto do aluno como do professor, da clareza de como é regida cada questão, e da forma de análise dos resultados obtidos, bem como a falta de qualificação do mestre em construir itens de acordo com os níveis mentais trabalhados e comprovar se o conteúdo da prova está de pleno acordo com os objetivos a serem alcançados, são os motivos mais marcantes que podem levar ao fracasso escolar.

A avaliação precisa obedecer um modelo também sistemático, embora diferente daquele modelo tradicional até hoje aplicado. Isso, por considerarmos como sistemático o acompanhamento permanente que se faça, exatamente sobre o comportamento geral do aluno, desde o aprendizado que consiga ele captar, até aquela avaliação particularizada, de sua construção humana e das relações interpessoais que seja ele capaz de estabelecer com o meio.

Com bastante propriedade, cita Melchior *“A avaliação é um instrumento que serve para o professor ajustar sua atuação no processo de ensino e aprendizagem, reforçando os conteúdos que ainda não são de domínio dos alunos e realizando as adaptações curriculares necessárias. Através dos processos avaliativos o professor tem a oportunidade de conhecer como se realiza a aprendizagem”*.(1998, p.43)

Além dos instrumentos normais de avaliação, é básico que o professor tenha ou que desenvolva uma certa sensibilidade de, com empatia, captar o que dele se exige, ou seja, o que deve dar de si mesmo ou da transmissão dos conhecimentos que detenha, no tocante às carências apresentadas pelos alunos.

A atuação do educador precisa ser cada vez mais mergulhada em uma visão e conseqüente atuação em modelos psicológicos, isto é, cada vez mais precisará ele atuar com a apropriação dos conhecimentos relativos ao trato com indivíduos das mais variadas visões e ensinamentos familiares diferenciados, conduzindo-os não a um igualamento de compreensões e construções, mas de conseguir o desenvolvimento intelectual e humano de cada um, individualmente, embora inseridos no contexto da classe e da sociedade que lhe é berço.

“Ensinar não é transmitir dogmaticamente conhecimentos, mas dirigir e incentivar com habilidade e método, a atividade espontânea e criadora do educando. Nessas condições, o ensino compreende todas as operações e processos que

favorecem e estimulam o curso vivo e dinâmico da aprendizagem.” (Santos, 1961)

Segundo Marcetto (1985) existem alguns princípios importantes a serem considerados por todos os que se preocupam com a aprendizagem do aluno, que são:

1. A aprendizagem deve envolver o aluno, ter um significado com o seu contexto, para que realmente aconteça;
2. A aprendizagem é pessoal, pois envolve mudanças individuais;
3. Objetivos reais devem ser estabelecidos para que a aprendizagem possa ser significativa para os alunos;
4. Como a aprendizagem se faz um processo contínuo, ela precisa ser acompanhada de feedback visando fornecer os dados para eventuais correções;
5. Como a aprendizagem envolve todos os elementos do sistema, o bom relacionamento interpessoal é fundamental.

No entanto, na realidade das escolas, quando procuramos decodificar o significado de ensinar, as idéias definem o professor como agente principal e responsável pelo ensino, sendo as atividades centralizadas em suas qualidades e habilidades. Aprender também relaciona um único agente principal e responsável, o aprendiz (aluno), estando as atividades centradas em suas capacidades, possibilidades e condições para que aprenda.

Diante deste contexto, percebemos que o perfil do educador não mudou muito. Na verdade, poucos são os que fogem ao conceito de educação bancária, ou seja, o saber não passa de uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam que nada sabem, cabendo então aos sábios dar, entregar, transmitir o seu grande saber. Portanto, a educação se torna um simples ato de depositar, onde os educandos são os depositários e o educador o depositante.

Infelizmente a didática continua presa ao repasse mecânico, à aula expositiva, para ser copiada e decorada. Depois é restituída na prova e, finalmente, é copiada com a máxima perfeição.

Segundo Freire, *“ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”*(1987, p.53), ou seja a educação problematizadora é como prática de liberdade; exige de seus personagens uma nova concepção de comportamento. Ambos

são educadores e educandos, aprendendo e ensinando em conjunto, mediatizados pelo mundo.

Aprender é apenas o meio. A qualidade da formação básica é o fato modernizante mais eficaz da sociedade e da economia.

Muito embora a valorização da educação no sistema produtivo moderno não mude a essência do capitalismo, introduz, na sombra de vantagem para o capital, oportunidades pertinentes para o trabalhador, que incluem parâmetros menos drásticos de exploração da mão-de-obra, sem falar no suporte para a cidadania do trabalhador.

A educação é componente substancial de qualquer política de desenvolvimento, não só como bem em si e como mais eficaz instrumentação de cidadania, mas igualmente como o primeiro investimento tecnológico.

Segundo essa linha, o educador passa a ser o problematizador, que desafia os educandos que são agora investigadores críticos, permeados por constantes diálogos, pois a educação como prática de liberdade deve negar o conceito de isolamento e abstração do ser humano, assim como tornar o mundo uma presença constante em seu diálogo.

Vários autores tem se debruçado na análise crítica e contundente do papel que desempenha a avaliação quanto à manutenção de um determinado modelo de sociedade.

Deste ponto de vista, a avaliação escolar serve como instrumento de controle social e proporciona a reprodução dos valores da sociedade dominante dos alunos aos limites que a vida social anuncia. A avaliação irá selecionar o bom do mau aluno.

Avaliar para quê nesta perspectiva? Para hierarquizar, excluir, selecionar, classificar, verificar, rotular e alienar.

Estas palavras estão impregnadas de significados macerados pelos valores do contexto em que a prática pedagógica acontece, pelas visões de mundo de uma determinada classe social e pelos contextos de vida dos sujeitos que a produzem.

Este julgamento de valor tem função de classificar um ser humano histórico num padrão superior, inferior ou médio onde se reproduz um modelo de classificação social. *“Classificações que são registradas e podem ser transformadas em números, e, por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas, em médias”*.(Luckesi, 1984, p.33)

Considerando que a escola tem sido vista onde se forma um tipo de aluno segundo certos padrões de comportamento, caráter e integração social, as práticas avaliativas que estão sendo realizadas em algumas escolas são momento de discriminação da classe popular no sistema de ensino, a igualdade de oportunidades passa a ser ilusão. Passa segundo Enguita *“a ser um espaço social que antecipa as relações sociais da sociedade”*.(1989, p.18)

No cotidiano da escola, o para quê avaliar, considerando esta abordagem, significa distinguir os bons dos maus alunos, respeitando as diferenças individuais, capacitar os alunos para que os mesmos sejam capazes de fazer concursos seletivos, quantificar quantos tem condições de aprender.

São estas as exigências do mundo atual as quais a escola é chamada a responder e é em relação a estas mesmas exigências que ela terá (ou não) a sua existência mais valorizada. Repensar o papel da escola de imagem diante da comunidade.

Esta escola, este lugar insubstituível na sociedade democrática, tem função relevante: colocar os seus alunos nas melhores condições para interagir com este mundo cheio de contradições e desafios.

Avaliar para reproduzir o modo competitivo existente na sociedade também pode significar a perda de valores importantíssimos para a convivência humana e para a formação do conceito de cidadania. As relações afetivas, a solidariedade se deterioram neste modelo.

A avaliação tem de adequar-se à natureza da aprendizagem, levando em conta não só os resultados das tarefas realizadas, o produto, mas também o que ocorreu no caminho do processo.

Avaliação é orientadora do processo de compreensão por parte do professor em relação aos processos que os alunos usam para aprender a reter o que eles lhes ensina.

Quando o sentido da avaliação deixa de ser a busca da resposta certa, cria-se o espaço para que as diversas respostas possíveis sejam confrontadas, gerando novos olhares, percepções e conhecimento.

A mudança da concepção sobre o para quê avaliar é um verdadeiro desafio a enfrentar. Requer uma nova visão sobre educação e sociedade, e, em decorrência, um novo caminhar, um novo projeto de escola; uma escola do tamanho do mundo.

A necessidade de avaliar sempre se fará presente, não importando a norma ou padrão pela qual baseie-se o modelo educacional. Não há como fugir da necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito torna-la eficaz naquilo que se propõe, a melhora de todo o processo educativo.

A avaliação não pode ser de cunho decorativo ou uma máscara apenas, voltada a complementação de nota. Os resultados da avaliação devem ser a chave para a tomada de decisões sobre o que deve ser reforçado ou retocado, ou seja, um diagnóstico que leve à análise da realidade, de onde se possa captar os subsídios a tomar as decisões no sentido de superar os problemas constatados. A avaliação deve servir, antes de mais nada, como uma possibilidade de reflexão, senão permanente, ao menos sobre as deficiências surgidas. Mais ainda, não deve estar presa a argumentos ou padrões, ao contrário, deve ser encarada como uma escala para justamente formar ou fundamentar tais padrões, sejam eles de conduta ou diretamente ligados à aprendizagem.

CONCLUSÃO

A avaliação escolar é sem dúvida algo de suma importância, uma vez que, e potencialmente o instrumento a ser usado na construção ou no pleno desenvolvimento do modelo de atuação escolar. Se conduzida com caráter reflexivo e, na medida em que sirva de termômetro a identificar as carências apresentadas pelos alunos, no decorrer do período letivo, serve como balizador, para que possa o professor, tomar certas decisões ou executar modificações e reforços que favoreçam o desenvolvimento necessário ao alcance dos objetivos planejados.

É preciso um rompimento com o modelo tradicional de avaliação, que fuja da aplicação de provas como medidor de conhecimentos e ainda, que se instale um novo modelo, onde o aluno seja acompanhado e estimulado constantemente, podendo assim ser avaliado, também constantemente, em função da construção em si dos conhecimentos que tenha sido capaz de auferir e processar. O que deve ser modificado, antes de qualquer outra questão, é a verdadeira função da avaliação no contexto escolar. Enquanto for realizada com a intenção única de atribuir nota ao aluno, não contribui para um maior desenvolvimento dos envolvidos em sua confecção, mas ao contrário até, pode ser um dos fatores geradores de um maior índice, tanto de evasão como de reprovação escolar.

É fundamental que se tenha uma visão sobre o aluno como um ser social e político, capaz de atos e fatos, dotado de, e em conformidade com o senso crítico, sujeito de seu próprio desenvolvimento.

Somente uma avaliação levada a termo de forma adequada, e capaz de favorecer o desenvolvimento crítico pleno ou a construção perfeita da autonomia.

A concepção de avaliação é comumente relacionada à idéia de mensuração de mudanças do comportamento humano. Essa abordagem viabiliza o fortalecimento no aspecto quantitativo.

A avaliação do rendimento escolar tem como alvo a classificação do aluno. Necessita ser redirecionada, pois a competência ou incompetência do aluno não resulta apenas da escola ou do professor, e sim de todos aqueles que participam do contexto escolar e social do educando.

A avaliação deve contemplar aspectos qualitativos que são difíceis de serem mensurados pois, envolvem objetivos subjetivos, postura, política, crenças e valores.

Os instrumentos de avaliação são determinados pelas idéias e modelos da realidade em que o profissional atua (instituição). Serve como um meio de controle, feito através de atribuição de pontos ou notas, para que os alunos realizem as tarefas e tenham comportamentos esperados, no qual adquiriu, e sim, com o tipo de nota que o aluno obteve. A nota portanto, passa a apresentar um objetivo diferente da representação do rendimento do aluno.

O educando precisa aprender, e não a ser submisso e obediente aqueles que são responsáveis por seu processo educativo.

Os instrumentos de avaliação determinados pelas escolas não podem ser vistos como única opção de avaliação. Senão ratifica o conceito “*educação bancária*”, de um lado um ensina e do outro lado um aprende.

O ponto chave da educação deve ser o aluno aprender a aprender, saber pensar, ser crítico e analítico. E é dentro dessa perspectiva que a avaliação deve trabalhar.

As maiorias das escolas são vistas como socializadoras e reguladoras de um determinado tipo de saber. Uma proposta de avaliação se contrapõe a essa escola que conhecemos. Esta busca a construção que reflete a própria cultura do novo brasileiro que acredita no conhecimento como produção social e que valoriza a vivencia cotidiana dos alunos e professores.

Espera-se que as escolas revejam seus conceitos e filosofias para que com isso consigamos minimizar a exclusão dos alunos da escola e conseqüentemente da nossa sociedade.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Fernando. **Da ação à operação: o caminho da aprendizagem em J. Piaget e P. Freire.** 2^a ed., Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

ESTRELA, A.; NÓVOA, A.(org.). **Avaliações em Educação: Novas Perspectivas.** Porto: Porto Editora, 1993.

ESTRELA, A.; RODRIGUES, P. (org.). **Para uma Fundamentação da Avaliação em Educação.** Lisboa: Edições Colibri, 1995.

FIGARI, G. **Avaliar: Que Referencial?** Porto: Porto Editora, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Convite a Leitura de Paulo Freire.** Ed. Scipione, 1989.

HADJI, C. **Avaliação, regras do jogo: Das intenções aos instrumentos.** Porto: Porto Editora, 1994.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** 14^a ed., Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista.** 29^a ed., Porto Alegre: Mediação, 2000.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Para que servem as escolas?** Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** Editora Cortez, 1998.

MELCHIOR, Maria Celina. **O Sucesso Escolar através da Avaliação e da Recuperação.** Novo Hamburgo: (s.n), 1998.

MIZUKAMI, Maria da G. N. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: EPU, 1986.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Porque avaliar? Como avaliar? Critérios e Instrumentos.** 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: Concepção Dialética – Libertadora do Processo de Avaliação Escolar.** São Paulo: Libertad, 1994.